

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Estamos neste momento a apreciar, a discutir e acabaremos por votar o Plano Anual e Orçamento para ano 2016, que é, como se sabe, coincidente com o último ano desta legislatura.

Neste momento é elementar, como acontece em todos os anos por esta altura, abordar os investimentos previstos nos importantes documentos de planeamento em análise.

O investimento previsto para o próximo ano, na área das Pescas e Aquicultura, é de 27,6 milhões de euros, mais 3 milhões de euros do que a dotação para o corrente ano.

Essa verba destina-se a diversos Projetos, nomeadamente a “Infraestruturas Portuárias”, com cerca de 14 milhões de euros, ao “Programa Regional de Desenvolvimento do Sector das Pescas”, com 7 milhões de euros, à “Frota e Recursos Humanos”, com 2,7 milhões de euros, aos “Produtos da Pesca”,

com 2,6 milhões de euros e, finalmente, à “Inspeção e Gestão”, com 1,4 milhões de euros.

No Projeto “Infraestruturas Portuárias” destacamos a verba destinada à Ação “Portos da Região”, com uma dotação de 4,6 milhões de euros, onde se incluem as intervenções no Porto da Ribeira Quente, no Entrepasto Frigorífico da Horta, no Porto do Topo (S. Jorge), no Porto de Pescas da Horta, no Núcleo de Pescas da Madalena, no Entrepasto Frigorífico das Velas, o Porto de Santa Cruz da Graciosa, entre outros.

No Projeto “Frota e Recursos Humanos” destaca-se as Ações “Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira”, com 1,7 milhões de euros, o “Regime de Apoio à Redução dos Custos na Atividade da Pesca”, com 0,4 milhões de euros.

O Governo dos Açores, no que diz respeito ao importante sector das Pescas, pretende - também com este plano, mas sobretudo com as políticas desenvolvidas desde 1996 – garantir aos pescadores Açorianos:

- Melhores as condições de segurança nos portos;
- Melhores as condições de trabalho e de habitabilidade nas embarcações;
- Melhores as condições de trabalho em terra;
- Formação e qualificação dos profissionais;

- Redução dos custos financeiros da atividade;
- Criação de condições para garantir a qualidade dos produtos da pesca;
- Apoio às exportações como forma de garantir melhor rendimento.

Para atingir esses objetivos foram, e continuam a ser, investidas verbas significativas na construção e reabilitação de portos, na construção de casas de aprestos, na instalação de gruas e pórticos de varagem, na construção e manutenção de entrepostos frigoríficos, no fornecimento de gelo às embarcações, no apoio às associações, na participação na aquisição de combustível e na contratação de seguros.

Nos últimos três anos o atual Governo dos Açores investiu cerca de 25 milhões de euros nos portos da Região, nomeadamente nas ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Graciosa, S. Jorge e Pico, mais de 3,5 milhões de euros nas Lotas, cerca de 800 mil euros na rede de frio e quase 1 milhão de euros na Formação.

Este esforço significativo de meios, prova que a fileira da pesca é importante pelo valor acrescentado que introduz na economia Regional e pelo emprego que gera.

Apesar do muito que foi feito, nem tudo está feito.

Torna-se necessário, por isso, continuar a trabalhar para que o produto da pesca seja cada vez mais valorizado, atribuindo-lhe mais qualidade e para isso é preciso garantir as melhores condições desde o barco até ao consumidor final.

Ultrapassados que estão alguns investimentos para conseguir esse desiderato, como a rede de frio, o gelo a bordo e a formação, é necessário continuar na busca de soluções para os novos desafios que temos pela frente. E não são poucos.

Em primeiro lugar há que fazer um combate de forma permanente aos eternos problemas que afligem este sector, nomeadamente a fuga à lota e a venda ilegal de pescado.

Recentemente foi dado um passo importante com a marcação do pescado dos Açores, nesta fase em dez espécies com valor comercial mais elevado, possibilitando ao consumidor final identificar a origem do produto.

Outro desafio passa pela implementação de medidas concretas para melhorar fiscalização, com a introdução de novas tecnologias auxiliares, que permitirão uma maior eficácia e a ampliação do raio de ação dos agentes fiscalizadores.

Estamos também perante outro desafio que nos deve preocupar a todos: a gestão das quotas para as capturas.

Os cortes impostos pelas instituições comunitárias para o goraz foram excessivos e não mereceram o acordo da Região, muito embora seja aceite o princípio da precaução e se comungue com os objetivos da conservação das espécies e a dissuasão da sobrepesca, preconizados pelas instâncias europeias.

É reconhecido que, neste caso específico do goraz, tem-se assistido a uma redução dos efetivos reprodutores e como tal esta espécie requer alguma atenção e acompanhamento científico, mas não justifica estes cortes rigorosos.

O mesmo aconteceu com os Imperadores e Alfonsins, cuja quota tem sido sempre atingida no último trimestre de cada ano desde 2010, tendo o Governo Regional defendido um aumento de quota de 10%.

A redução das quotas do goraz, imposta pela Comissão Europeia para 2016 é ainda mais rigorosa e exigirá rigor na sua gestão. Já o disse nesta mesma sala no dia 8 de abril do corrente ano, perante a Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, mas vale a pena repetir.

Em 2014 o goraz representava 7,3% do total das capturas nos Açores e 20,3% do rendimento dos pescadores Açorianos. Na Terceira o goraz era 17,4% das capturas e 39,6% do seu rendimento, no Corvo esta espécie representou, no mesmo ano, 42,6% do total das capturas e 40,3% do seu rendimento, nas Flores, em que cerca de 51,6% das suas capturas era de goraz e o rendimento dessa espécie chegou aos 55,4% do total vendido naquela ilha e na Graciosa, em que o goraz representou 65,5% das capturas e 83,7% do rendimento em primeira venda.

Tendo em conta que, na sua grande maioria, os pescadores destas ilhas utilizam a arte de linhas de mão, não se justifica esta diminuição contundente que poderá por em causa a sobrevivência de pequenas comunidades piscatórias de ilhas também pequenas e sem grandes alternativas para os seus habitantes.

Por último, mas não menos importante, é preciso encontrar consensos com todos os parceiros para a implementação reservas como forma de participação na preservação dos recursos marinhos.

Senhora Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Segundo Frederico Cardigos, num artigo publicado em 2012, a propósito do Ano do Mar, em Portugal cada quilómetro quadrado em terra corresponde a 18 quilómetros quadrados no mar, ligeiramente superior à França, cuja relação é de 17 para 1.

A França, por esse facto, é considerada uma das maiores potências marítimas mundiais, apenas ultrapassada pelos Estados Unidos da América e Reino Unido.

Nos últimos tempos tomam-se medidas importantes para colocar novamente Portugal como uma grande potência azul, capaz de captar investimento para explorar todas as capacidades do mar que nos rodeia de forma sustentada.

Nos Açores, ainda segundo o mesmo autor, essa relação é de 387 para 1, ou seja, cada quilómetro quadrado desde verde dominador corresponde a 387 quilómetros quadrados de azul sem fim.

Com base nesta diferença, é legítimo esperar-se do Açores um forte empenho na exploração do mar que envolve estas ilhas e é também fundada a luta que os Açores promovem para que os seus órgãos próprios, dotados de instrumentos legais, sejam integrados num sistema de gestão partilhada das enormes riquezas guardadas no mar profundo que envolve a Região e que já

começam a ser cobiçadas por outras potências com outras capacidades, técnicas e financeiras, que nós não temos.

Com o Governo da República que terminou funções não foi possível fazer valer a nossa posição – que é justa, coerente e unanimemente aceite - apesar dos enormes esforços desenvolvidos ao longo dos últimos anos. Esperemos que com o novo Governo, que aí vem, as justas pretensões dos Açorianos sejam devidamente atendidas, dentro do espírito do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 26 de novembro de 2015.

O Deputado,

José Manuel Gregório de Ávila